SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

DE LISBOA

CONVITE

DESIGNAÇÃO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ANÁLISE DOS CANAIS DIGITAIS DOS JOGOS SANTA CASA E COLABORAÇÃO NA DEFINIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO ECOSSISTEMA DIGITAL**

PROCESSO N.º **22DC11CPR017**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONSULTA PRÉVIA**

ÍNDICE

1. OBJETO DO PROCEDIMENTO 3
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR 3
3. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO 3
4. CONSULTA DO PROCESSO 3
5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO 3
6. MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS 4
7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS 5
8. PROPOSTAS VARIANTES 6
9. PREÇO BASE 6
10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS 7
11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE 7
12. JÚRI DO PROCEDIMENTO 12
13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS 12
14. RELATÓRIO PRELIMINAR 13
15. AUDIÊNCIA PRÉVIA 13
16. RELATÓRIO FINAL 13
17. ADJUDICAÇÃO 14
18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO 14
19. CONTRATO 15
20. ENCARGOS 16
21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL 16

ANEXOS:

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57.º

ANEXO II MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

CONVITE

A **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**, através da sua Direção de Compras, convida V. Exas. a apresentar uma proposta no âmbito do presente procedimento de consulta prévia, nos termos que em seguida se descrevem:

1. OBJETO DO PROCEDIMENTO

Constitui objeto do presente procedimento a prestação de serviços de consultoria para análise dos canais digitais dos Jogos Santa Casa e colaboração na definição dos requisitos necessários para o desenvolvimento de um novo ecossistema digital, de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos e respetivas cláusulas técnicas/especiais.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E DECISÃO DE CONTRATAR

2.1. A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho, 1200-470 Lisboa, com o endereço eletrónico dicom.nabse@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

2.2. A decisão de contratar foi tomada pela Deliberação da Exma. Mesa da SCML n.º 544/2022 de 07 de abril, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da SCML, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008 de 3 de dezembro.

3. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A adoção do presente procedimento por consulta prévia é realizada com base no critério do valor do contrato, previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

4. CONSULTA DO PROCESSO

O presente procedimento pode ser consultado na plataforma eletrónica https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php, utilizada pela SCML.

5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

5.1. Nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado CCP, os Interessados poderão solicitar o esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, na plataforma eletrónica em uso pela SCML até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2. No mesmo prazo, os Interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento e que digam respeito a:

5.2.1. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;

5.2.2. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;

5.2.3. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o Interessado não considere exequíveis.

5.3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas do prazo fixado para a apresentação das propostas:

5.3.1. O Júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados, ou pode prestá-los oficiosamente, por escrito, através da plataforma eletrónica ***[ou]*** através de mensagem de correio eletrónico;

5.3.2. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificados considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, ou pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento.

5.4. Ao órgão competente para a decisão de contratar compete a identificação e decisão sobre os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, que, uma vez tomada, será publicitada na plataforma eletrónica utilizada pela SCML, e junta às peças de procedimento.

5.5. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações devem ser juntos às peças do procedimento e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela SCML.

5.6. Os esclarecimentos, listas de erros e omissões e as retificações às peças do procedimento expressamente aceites fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela SCML, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, até às **23h59m59s** do **12.º (décimo-segundo) dia** a contar da data de envio do convite, que emitirá ao Concorrente um recibo eletrónico comprovativo da receção da proposta com referência às respetivas data e hora.

6.2. A proposta será assinada pelo Concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração com assinatura reconhecida na qualidade, que confira a este último poderes para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

6.3. Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão. Se o Concorrente optar por submeter na plataforma eletrónica os referidos documentos utilizando um arquivo de compressão de dados (v.g. arquivo ZIP), deve, ainda assim e sob pena de exclusão,

assinar com recurso a assinatura eletrónica qualificada cada um dos documentos que o constituem.

7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

7.1. Na proposta, cada Concorrente manifesta a sua vontade em contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

7.2. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

7.2.1. Declaração, de acordo com o modelo constante do **ANEXO I** ao presente Convite, observando o disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;

7.2.2. Declaração com indicação do preço contratual global, elaborada de acordo com o **ANEXO II** ao presente Convite, observando o disposto no artigo 60.º do CCP;

7.2.3. Documento em que se indique:

7.2.3.1. Preços unitários, por etapas de projeto, sem IVA;

7.2.3.2. Preço global da proposta;

7.2.3.3. Taxa de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em vigor à data da apresentação da proposta;

7.2.3.4. Prazo de entrega**.**

7.3. O(s) preço(s) indicado(s) na proposta é(são) expresso(s) em Euros e não inclui(em) o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

7.4. O Concorrente deve apresentar outros documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar, conforme a alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

7.5. O Concorrente deverá organizar a sua proposta de acordo com a estrutura abaixo identificada, considerando-se estes os capítulos e secções mínimos de resposta, podendo ser criadas secções adicionais nos capítulos identificados. Em caso de necessidade, poderão criar anexos, ponderando devidamente o valor de cada anexo adicional**.**

a) Sumário Executivo

b) Visão da análise preliminar ao atual ecossistema digital JSC

i. Visão Geral

ii. Aspetos positivos e fragilidades

c) Solução Proposta

i. Proposta de Valor

ii. Abordagem

iii. Âmbito da Solução

i. Resumo do Âmbito Proposto

ii. Exclusões ao Âmbito

iii. Resposta aos Requisitos

iv. Entregáveis (Deliverables)

iv. Serviços propostos

d) Planeamento e Organização do Projeto

i. Calendário de Execução

i. Cronograma

ii. Pressupostos

iii. Fatores Críticos de Sucesso e Riscos (Incertezas)

ii. Organização e Governação do projeto

i. Estrutura do Projeto

ii. Equipas e Alocação esperada (por elemento)

iii. Mecanismos de Gestão, monitorização e controlo do projeto

iii. Abordagem Metodológica

i. Metodologia de Gestão do Projeto

ii. Metodologia de Execução do Projeto

iii. Fatores distintivos no controlo da Qualidade do serviço e das entregas.

e) Referências Relevantes e *Case Studies*

f) CVs

7.6. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

7.7. Todos os documentos da proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.

7.8. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

8. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelo Concorrente de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do CCP.

9. PREÇO BASE

9.1. O preço base referente à execução de todas as prestações, objeto do contrato a celebrar é de **€ 74.950.00 (setenta e quatro mil novecentos e cinquenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.

9.2. O preço base foi obtido através de consulta preliminar ao mercado, considerando as especificidades dos serviços que integram o presente procedimento.

9.3. No decurso da execução do contrato, a SCML pagará apenas os serviços efetivamente prestados, sendo que no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere ao Adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes ficam obrigados a manter todas e quaisquer condições da sua proposta durante um período de 66 [sessenta e seis] dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. A adjudicação é feita segundo o **critério da proposta economicamente mais vantajosa** de acordo com a modalidade:

- Multifator, sendo densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar. É composto pelo seguinte modelo de avaliação das propostas, que considera os fatores, subfatores e respetivos ponderadores que se apresentam:

FATORES	%	SUBFATORES	%
A – Plano de implementação da metodologia de "Design Thinking"	**70%**	**A1** – Análise do ecossistema digital dos Jogos Santa Casa	14 %
		A2 – Adequação da solução proposta	50 %
		A3 – Adequação da metodologia, organização, gestão e implementação do projeto	20 %
		A4 – Exequibilidade da proposta	16 %
B – Preço	**30%**		
TOTAL FATORES	**100%**		

A classificação final de cada proposta é obtida através da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{Classificação\ Final = Fator\ A\ x\ 0,70 + Fator\ B\ x\ 0,30}$$

FATOR A - PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE DESIGN THINKING

Este Fator, com a ponderação de **70% (setenta por cento)**, tem a sua valoração decomposta em **4 (quatro) subfatores**, com as descrições e ponderações específicas infra, sendo alorizado pela aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$\boldsymbol{Fator\ A = Subfator\ A1\ + Subfator\ A2 + Subfator\ A3 + Subfator\ A4}$$

Os arredondamentos serão feitos às centésimas.

SUBFATOR	DESCRIÇÃO	PONDERAÇÃO
A1	ANÁLISE DO ECOSSISTEMA DIGITAL DOS JOGOS SANTA CASA: Será avaliada a compreensão do Concorrente relativamente ao atual ecossistema dos Jogos Santa Casa: fragilidades, pontos a valorizar e os objetivos que se pretendem alcançar com o novo site e app JSC.	**14%**
A2	ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA: Proposta detalhada do plano de implementação da metodologia de *design thinking* que responda às especificações técnicas requeridas	**50%**
A3	ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO: Avalia o modelo de Gestão do Projeto.	**20%**
A4	EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA:Será avaliada a viabilidade técnica e calendarização/timing da proposta apresentada	**16%**

SUBFATOR A1 - ANÁLISE DO ECOSSISTEMA DIGITAL DOS JOGOS SANTA CASA

O subfator A1 "**Análise do ecossistema digital dos Jogos Santa Casa"** com uma ponderação de **14% (catorze por cento),** avalia a compreensão do Concorrente relativamente ao atual ecossistema digital dos Jogos Santa Casa e os objetivos que se pretendem alcançar com o novo Portal e App JSC, enquanto canais de vendas e comunicação (fragilidades e pontos a valorizar), de acordo com a seguinte escala de pontuação:

PONTUAÇÃO	DESCRITIVO
100	O Concorrente identifica e fundamenta as principais fragilidades do ecossistema digital dos Jogos Santa Casa, em todos os seus Canais Digitais (Website; App; Redes sociais), apresentando, detalhadamente, propostas de solução (ou ideias/sugestões) para cada fragilidade identificada.
75	O Concorrente identifica e fundamenta as principais fragilidades do ecossistema digital dos Jogos Santa Casa, na maioria dos seus Canais Digitais (Website; App; Redes sociais), apresentando, detalhadamente, propostas de solução (ou ideias/sugestões) para cada fragilidade identificada.
50	O Concorrente identifica e fundamenta as principais fragilidades do ecossistema digital dos Jogos Santa Casa, na maioria dos seus Canais Digitais (Website; App; Redes sociais), apresentando, detalhadamente, propostas de solução (ou ideias/sugestões) para algumas das fragilidades identificadas.
25	O Concorrente identifica e fundamenta as principais fragilidades do ecossistema digital dos Jogos Santa Casa, em alguns dos seus Canais Digitais

	(Website; App; Redes sociais), não apresentando, detalhadamente, propostas de solução (ou ideias/sugestões) para cada uma das fragilidades identificadas.

Para cada proposta, a pontuação resultante da tabela anterior é sujeita ao ponderador relativo a este subfator, através da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{Subfator\ A1 = Pontuação\ X\ 0,14}$$

SUBFATOR A2 – ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA

O subfator A2 "**Adequação da Solução Proposta"**, com uma ponderação de **50% (cinquenta por cento)** avalia o plano de implementação da metodologia design thinking, que inclui a definição das jornadas ideais dos apostadores por jogo, a identificação das personas, plano de "user research" com estimativa de número de entrevistas com recurso a utilizadores "reais", o desenvolvimento de protótipos da solução recomendada, style guides, guidelines da User Experience, identificação de métricas de sucesso e a definição de requisitos técnicos a implementar. Devem ainda ser apresentadas as ferramentas e as metodologias utilizadas para as atividades a desenvolver:

PONTUAÇÃO	DESCRITIVO
100	O Concorrente demonstra detalhadamente como se propõe cumprir a totalidade das exigências previstas na cláusula 31 do Caderno de Encargos, superando em alguns casos os requisitos exigidos
75	O Concorrente demonstra detalhadamente como se propõe cumprir a maioria das exigências previstas na cláusula 31 do Caderno de Encargos, nomeadamente no que diz respeito às entrevistas aos apostadores e sessões de testes de usabilidade (REQ14 e REQ21).
50	O Concorrente não demonstra detalhadamente como se propõe cumprir a maioria das exigências previstas na cláusula 31 do Caderno de Encargos.
0	O Concorrente não demostra detalhadamente como se propõe cumprir qualquer das exigências previstas na Cláusula 31. . .

Para cada proposta, a pontuação resultante da tabela anterior é sujeita ao ponderador relativo a este subfator, através da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{Subfator\ A2 = Pontuação\ X\ 0,50}$$

SUBFATOR A3 – ADEQUAÇÃO DA METODOLOGIA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O subfator A3 "**Adequação da Metodologia, Organização, Gestão e Implementação do Projeto**", com uma ponderação de **20% (vinte por cento**) avalia o modelo de gestão do projeto, onde deve ser apresentada a equipa, quais as responsabilidades de cada elemento e respetivos CV's (fazendo referências a projetos semelhantes, que tenham participado e ou desenvolvido) de acordo com a seguinte escala de pontuação:

PONTUAÇÃO	DESCRITIVO
100	O Concorrente demonstra detalhadamente como se propõe cumprir a totalidade das exigências previstas na cláusula 32 do Caderno de Encargos, superando em alguns casos os requisitos exigidos.
75	O Concorrente demonstra detalhadamente como se propõe cumprir a maioria das exigências previstas na cláusula 32 do Caderno de Encargos.
50	O Concorrente não demonstra detalhadamente como se propõe cumprir a maioria das exigências previstas na cláusula 32 do Caderno de Encargos.
0	O Concorrente não demonstra detalhadamente como se propõe cumprir qualquer das exigências previstas na cláusula 32 do Caderno de Encargos.

Para cada proposta, a pontuação resultante da tabela anterior é sujeita ao ponderador relativo a este subfator, através da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{Subfator\ A3 = Pontuação\ X\ 0,20}$$

SUBFATOR A4 – EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

O subfator A4 "**Exequibilidade da proposta**", com uma ponderação de **16% (dezasseis por cento)**, avalia a viabilidade técnica e proposta da calendarização do plano de implementação da metodologia, de acordo com a seguinte escala de pontuação:

PONTUAÇÃO	DESCRITIVO
100	O Concorrente demonstra detalhadamente como se propõe cumprir as entregas do projeto, exigências previstas na cláusula 31 do Caderno de Encargos, pela respetiva etapa de implementação do projeto, indicando a respetiva duração de tempo, as atividades a realizar, o perfil e o número de recursos a alocar à atividade, num período de tempo inferior a 5 meses.
75	O Concorrente demonstra detalhadamente como se propõe cumprir as entregas do projeto, exigências previstas na cláusula 31 do Caderno de

	Encargos, pela respetiva etapa de implementação do projeto, indicando a respetiva duração de tempo, as atividades a realizar, o perfil e o número de recursos a alocar à atividade, num período de tempo até 6 meses.
50	O Concorrente demonstra genericamente como se propõe cumprir as entregas do projeto, exigências previstas no CADERNO DE ENCARGOS na cláusula 31 do Caderno de Encargos,, pela respetiva etapa e respetiva duração de tempo, num período não superior a 6 meses.
0	O Concorrente não demonstra detalhadamente como se propõe cumprir as entregas do projeto, exigências previstas na cláusula 31 do Caderno de Encargos, pela respetiva etapa e respetiva duração de tempo.

Para cada proposta, a pontuação resultante da tabela anterior é sujeita ao ponderador relativo a este subfator, através da seguinte expressão:

$$\boldsymbol{Subfator\ A4 = Pontuação\ X\ 0,16}$$

FATOR B – PREÇO

Este Fator – "**Preço"** tem a ponderação **de 30% (trinta por cento**). Deve ser apresentado um orçamento detalhado por atividades do projeto a desenvolver, bem como o custo do user research (com angariação de utilizadores/apostadores).

Este fator, com a ponderação de 30% (trinta por cento), permitirá avaliar as propostas relativamente ao preço proposto por cada Concorrente, de acordo com o definido no Caderno de Encargos e apresentado na proposta.

O fator será pontuado e valorizado, de forma linear, pela aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$\boldsymbol{Fator\ B = \frac{PBase - PProp}{PBase} \times 100}$$

Sendo que:
PBase = Preço Base estabelecido pela SCML
PProp = Preço proposto pelo Concorrente

11.2. O critério de desempate adotado é o de quem obtiver melhor classificação no Fator "A" - Plano de implementação da metodologia de "Design Thinking" - e se o empate se mantiver, o que tiver a melhor classificação no subfactor "A3" – Proposta detalhada da implementação da metodologia.

11.3. Caso o empate persista após a aplicação do disposto no ponto **11.2.**, o desempate será efetuado através de sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, com prévia convocatória dos Concorrentes de data, hora e local, a enviar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela SCML ou de endereço de correio eletrónico.

11.4. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma classificação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

12. JÚRI DO PROCEDIMENTO

12.1. O procedimento será conduzido por um Júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do CCP.

12.2. O Júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do convite e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67.º e seguintes do CCP.

12.3. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, foram delegadas no Júri as seguintes competências:

a) Prestação de esclarecimentos solicitados pelos Interessados necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, nos termos deste Convite e do artigo 50.º do CCP;

b) Decisão de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 64.º do CCP;

c) Decisão sobre requerimentos dos Interessados para classificação ou desclassificação de documentos que constituem as suas propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 66.º do CCP;

d) Designação de peritos ou consultores internos para apoiar o Júri no exercício das suas funções, quer através da emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do CCP, quer mediante a participação, sem direito de voto, nas reuniões do Júri;

e) Propor fundamentadamente a exclusão de uma proposta que apresente um preço ou custo anormalmente baixo, mesmo na ausência de definição do referido preço no convite.

13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTOS DAS PROPOSTAS

13.1. O Júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito da análise e avaliação das propostas apresentadas.

13.2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.

13.3. O Júri deve solicitar aos Concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem comprovar factos ou qualidades anteriores à data da apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

13.4. O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

13.5. Os pedidos de esclarecimento e de suprimento das irregularidades causadas por preterição de formalidades não essenciais, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica em uso pela SCML, devendo todos os Concorrentes ser notificados dos mesmos, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

14. RELATÓRIO PRELIMINAR

14.1. O Júri do procedimento, após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação, por ordem decrescente, das propostas apresentadas.

14.2. No Relatório Preliminar, o Júri do procedimento também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas pelos motivos previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 122.º do CCP.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri notifica todos os Concorrentes para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.

15.2. Os Concorrentes têm 3 (três) dias úteis após a notificação do Relatório Preliminar para se pronunciarem, por escrito, sobre o mesmo.

16. RELATÓRIO FINAL

16.1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri do procedimento elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual ponderará as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo, ainda, propor a exclusão de qualquer Proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP, conforme estatui o n.º 1 do artigo 124.º do CCP.

16.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das Propostas constante do Relatório Preliminar, o

Júri do Procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 124.º do CCP.

17. ADJUDICAÇÃO

17.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise e avaliação das propostas.

17.2. No prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:

17.2.1. Apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e no ponto seguinte do presente Convite;

17.2.2. Comunicar à SCML o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases da execução do contrato.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

18.1. No prazo previsto no ponto anterior do presente Convite, o Adjudicatário deverá apresentar através da plataforma eletrónica em uso pela SCML os seguintes documentos de habilitação:

18.1.1. Declaração de habilitação, conforme o modelo constante do **ANEXO III** do presente Convite;

18.1.2. Documentos exigidos nos termos das alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:

a) Certidão de Registo Criminal atualizada, de pessoas singulares ou no caso de pessoas coletivas, das entidades e dos respetivos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, nos termos das alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

b) Declaração atualizada da situação contributiva perante a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

c) Declaração da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme a alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

18.1.3. Certidão da Conservatória do Registo Comercial atualizada, comprovativa de todas as inscrições em vigor;

18.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser

consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa e o Adjudicatário preste à SCML o necessário consentimento, nos termos da lei.

18.3. Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a SCML consulte a informação prevista nas alíneas b) e c) do ponto **18.2**, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a SCML, tem o contribuinte fiscal n.º 500 745 471, podendo com esse número o Adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar no âmbito do ponto **18.1.** do presente Convite.

18.4. A SCML pode solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do Contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

18.5. Caso a SCML detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que possa, nos termos do artigo 86.º do CCP, levar à caducidade da adjudicação, notificará o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

18.6. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

18.7. A SCML notificará todos os Concorrentes em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, devendo os mesmos ser disponibilizados para consulta na plataforma eletrónica em uso pela SCML.

19. CONTRATO

19.1. Nos termos do artigo 101.º do CCP, o Adjudicatário deve pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo máximo de **2** (**dois**) **dias úteis** contados a partir da respetiva notificação, equivalendo o silêncio à aceitação da minuta.

19.2. Qualquer eventual reclamação, à minuta do contrato, apresentada pelo Adjudicatário é analisada nos termos do artigo 102.º do CCP e objeto de decisão pela SCML no prazo de **10 (dez)** dias úteis a contar da receção da mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

19.3. O contrato deve ser formalizado com a aposição de assinatura eletrónica, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP.

19.4. No cumprimento do disposto no artigo 104.º do CCP, a SCML comunicará o prazo para assinatura e remessa do contrato.

20. ENCARGOS

20.1. São encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

20.2. São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

21. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omisso no presente Convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação portuguesa aplicável.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
a) ...
b) ...

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),..... de.....(data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do n.º 1 e nos nº 2 e 3 do artigo 57.º.
(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

MODELO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

F... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede em ……., pessoa coletiva nº ……., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de …….. sob o nº ……., com o capital social de ……., obriga-se a executar todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento ……, ***[se aplicável]***), em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de ……. Euros (…….. euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supra mencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

[Local], [Data]
[Assinatura]

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de Agrupamento Concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de Agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

1) Aplicável apenas a Concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
(4) No caso de o Concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.